

	<h1>O TUIUTI</h1>	
<p><i>AHIMTB/RS</i> <i>Academia General Rinaldo</i> <i>Pereira da Câmara</i></p>	<p>ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL</p>	
<p>520 ANOS DA DESCOBERTA DA AMÉRICA – 190 ANOS DA INDEPENDÊNCIA</p>		
<p>Ano 2012</p>	<p>NOVEMBRO</p>	<p>Nº 38</p>

POLÍTICA LUSO-ESPAÑHOLA PARA A REGIÃO DO RIO DA PRATA NA 2ª METADE DO SÉCULO XVIII - A DOMINAÇÃO ESPANHOLA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E A GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1763-1777)

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XVIII (1750-1800), a situação geral da colônia lusitana, o Brasil, e da espanhola, o Vice-reinado do Prata, no âmbito da macro-região delimitada pela bacia do Rio da Prata, bem como sua inserção nos contenciosos ibéricos da época e seus reflexos na América meridional no campo da geopolítica foram imperativos das políticas externas de ambos os reinos.

Portugal e Espanha, desde antes das formações de seus estados nacionais, sempre tiveram atritos e divergências.

Embora Portugal tenha consolidado seu reino a partir de 1139 com Dom Afonso Henriques e a dinastia de Borgonha, após a vitória contra os mouros na batalha de Ourique, ou seja, bem antes da união dos reinos de Espanha, esta sempre manteve ambições de incluir o antigo Condado Portucalense aos seus domínios (GIORGIS, 2007, P. 7). O Condado era dependência do rei Afonso VI de Leão e Castela.

Em 1185, Portugal estabelece-se como estado independente, enquanto a Espanha tardaria 307 anos até a expulsão dos mouros do seu território e assim poder unir os reinos de Castela, Aragão, Leão, Navarra, Galícia, Astúrias, Granada e Catalunha.

Em 1249, a independência de Portugal já era ameaçada por Castela, ameaça afastada pela vitória portuguesa na Batalha de Aljubarrota em 1385, a chamada Revolução de Avis. Em 1411, Castela reconheceria a independência de Portugal (GIORGIS, 2007, p. 8).

Com o advento das grandes navegações, na segunda metade do século XV, nas quais destacaram-se os dois reinos ibéricos, a divisão das terras já descobertas e aquelas a serem no futuro originou o Tratado de Alcáçovas, de 1479, o qual foi uma das primeiras tentativas luso-espanholas no sentido de acomodar as pretensões de um e de outro. Mas o futuro seria prenhe de contendas entre os dois (GIORGIS, 2007, p. 9).

O primeiro evento importante no processo foi a descoberta da América em outubro de 1492, o que originou as primeiras reivindicações territoriais de Portugal sobre a América, baseadas exatamente no Tratado de Alcáçovas. Bulas papais, já que o Papa era o condutor do processo no sentido da

catequização do gentio, foram expedidas, até o Tratado de Tordesilhas de 1494, que definiu uma linha divisória baseada em um meridiano que passaria a 370 léguas/oeste das Ilhas do Cabo Verde.

Este Tratado foi o gerador das muitas desinteligências entre portugueses e espanhóis, posto que nunca foi definida a ilha referencial nem o tamanho da légua. Assim, diversas linhas poderiam ser “imaginadas”, ao sabor dos interesses tanto de um como do outro. Entretanto, uma das linhas passou a ser a mais aceita.

Os pontos conflitantes situaram-se exatamente na América meridional já que, por Tordesilhas, o traçado da linha que ficou preliminarmente aceita passava pelo ponto onde hoje é Belém do Pará, ao norte, e tinha como limite territorial/sul a região onde hoje se situa a cidade de Laguna, Santa Catarina. E pelo pensamento português a linha seria bem mais a oeste, abarcando a foz do Rio da Prata.

Estava, assim, formado o “imbróglio” territorial e diplomático que tantas contendas iria causar entre os dois reinos.

Já no século XVI, as primeiras formações de núcleos urbanos na foz do Rio da Prata foram a primeira fundação de Buenos Aires (Nuestra Señora del Buen Aire) por Pedro de Mendoza em 1536, Assunção em 1537 e a segunda fundação de Buenos Aires por Juan de Garay, em 1580.

Cem anos depois, os portugueses fundaram, no lado oriental do Rio da Prata, em frente à Buenos Aires, a colônia Nova Lusitânia, depois denominada Nova Colônia do Santíssimo Sacramento. No mesmo ano, Sacramento foi tomada e arrasada pelos espanhóis.

Este foi o fato gerador das muitas lutas diplomáticas, e também bélicas, luso-espanholas na bacia do Prata. Quais seriam as principais razões? Qual foi a problemática das atuações diplomáticas de Portugal e Espanha em relação à Colônia do Sacramento e à bacia do Prata como um todo, as quais levaram os dois reinos aos confrontos bélicos? O que levou a Espanha a pretender outras conquistas territoriais além da posse da margem esquerda do Prata, diante da ameaça representada pela Colônia do Sacramento? Quais foram as razões da fracassada defesa de Portugal às investidas espanhóis no Rio Grande de São Pedro?

É válido ressaltar que houve um período, chamado de União das Coroas Ibéricas, em que Portugal pertenceu à Espanha, sob um mesmo rei, embora mantendo sua autonomia. Foi, portanto, um Imperio dualista. Esta situação durou 60 anos, indo de 1580 até 1640, período em que ficaram amenizadas as rivalidades luso-espanholas tanto na península como na América.

Em 1676, o Papa autorizou a fundação do Bispado do Rio de Janeiro, estabelecendo sua jurisdição até o Prata. Quatro anos depois Dom Manuel Lobo fundava Sacramento, a qual foi arrasada pelos espanhóis de Buenos Aires em agosto do mesmo ano. A lógica espanhola era a de que Sacramento foi fundada como uma Comandância Militar e não como uma simples colônia.

Este fato gerou desdobramentos na Europa. No ano seguinte, surgiu o Tratado de Lisboa, que determinou a devolução de Sacramento aos portugueses (GIORGIS, 2007, p. 25).

Em 1700, eclode na Europa a chamada Guerra da Sucessão Espanhola, originada pela morte do rei espanhol Carlos II, o qual era casado com a francesa Maria Luísa d'Orleans, pertencente à esta dinastia. Outros impérios foram envolvidos colocando, de um lado, Espanha e França, e do outro, Inglaterra, Áustria, Hungria, Prússia e, em 1703, Portugal.

Em face disto, os espanhóis atacaram Sacramento em 1704 e 1705, sem êxito, mas em 1705, por ordem do governo português, a Colônia foi evacuada, ficando à disposição dos espanhóis que a ocuparam em 1706.

Em 1715, ao fim da Guerra da Sucessão Espanhola pelo Tratado de Utrecht, a Colônia foi devolvida a Portugal. Este Tratado anulou todo o domínio espanhol na chamada Banda Oriental, ou seja, a margem esquerda do Rio da Prata. Mas as desavenças nunca foram superadas.

Em 1723, os portugueses tentaram fundar um presídio (fortaleza) no local da elevação já conhecida como “Montevideo” (Montevideu atual). Tentativa frustrada pelos espanhóis buenairenses. Em 1726, o espanhol Bruno de Zapala funda San Felipe y Santiago de Montevideu, em contraposição à Colônia do Sacramento. Montevideu logo superaria Sacramento em desenvolvimento e progresso (GIORGIS, 2007, p. 30).

Em 1731, considerado caduco o Tratado de Utrecht, os espanhóis atacaram novamente Sacramento, sem êxito, mas foi estabelecido um cerco. Mas isto provocou um novo Tratado, o de Paris, de 1737, que determinou a cessação das hostilidades no Prata. Antes, uma expedição enviada do Rio de Janeiro sob o comando do Brigadeiro José da Silva Pais para libertar Sacramento do cerco e retomar Montevidéu não teve sucesso. O Brigadeiro, no retorno, fundou o Presídio e a Vila de Rio Grande.

Em 1750, com o Tratado de Madri, houve a troca das Missões por Sacramento, mas os índios guaranis, orientados pelos jesuítas, não aceitaram sair das Missões e deu-se a Guerra Guaranítica, terminada com a eliminação quase completa dos ameríndios.

A partir de 1756 iniciou na Europa a chamada Guerra dos Sete Anos¹, colocando Portugal e Espanha em campos opostos. Em 1761, ainda dentro do quadro da Guerra dos Sete Anos, a Espanha assina o chamado “Pacto de Família” com a França. Este Pacto foi uma aliança contra a Inglaterra, aliada de Portugal. Em face disto, em 1761 os espanhóis atacam e tomam Sacramento, que não havia sido ainda entregue à Espanha, conforme havia sido determinado pelo Tratado de Madri.

Mas, ainda em 1761, as coroas ibéricas decidiram suspender o Tratado de Madri através do Convênio do Pardo (Tratado de El Pardo), retornando Sacramento aos portugueses e as Missões à Espanha.

No ano seguinte, a Espanha declara guerra a Portugal, ainda no contexto da Guerra dos Sete Anos e pela rejeição portuguesa ao Pacto de Família. Incontinenti, o governador de Buenos Aires Don Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón, alegando o Pacto de Família e o Tratado de Tordesilhas, toma Sacramento em agosto de 1762. No ano seguinte, invade o Rio Grande do Sul, tomando os fortes de Santa Teresa (19 de abril) e São Miguel. Em seguida, toma São José do Norte e a Vila de Rio Grande (12 de maio).

Com o Tratado de Paris, Cevallos devolveu Sacramento, mas não o Rio Grande do Sul. Cevallos foi substituído em 1766 por Don Francisco de Paula Bucarelli y Úrsua Lazo de la Vega Villacis y Córdova e este, em 1770, por Don Juan Jose Vertiz y Salcedo, o qual manteve a ocupação (CESAR, 1970, p. 178).

Em 1769, o lusitano José Marcelino de Figueiredo foi nomeado governador do Rio Grande do Sul. Em 1773, depois de arregimentar forças, Marcelino começa a Guerra da Restauração, que vai até 1776, sendo vitoriosa com a expulsão dos espanhóis dos domínios portugueses no Rio Grande do Sul.

O Tratado de Santo Ildefonso de 1777 determinava que Sacramento e as Missões passavam a ser espanholas. Em troca, a Espanha devolve a Ilha do Desterro que, no mesmo ano havia sido invadida por Cevallos.

Em 1801, o Tratado de Badajoz nada mais fez do que a paz (Paz de Badajoz) entre Portugal e Espanha, confirmando os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. Entretanto, como o Tratado não estipulou o “status quo ante bellum”, aventureiros gaúchos tomaram as Missões e a situação estabilizou-se. As Missões são gaúchas até hoje (GIORGIS, 2007, p. 36).

Este trabalho buscará abordar a situação ibérica geral procurando, em primeiro lugar, mostrar o relacionamento entre os reinos peninsulares no período. Em segundo lugar, a proposta é mostrar as consequências diretas e indiretas das políticas luso-espanholas para a região do Prata, inclusive os enfrentamentos bélicos. Finalmente, as circunstâncias da reação portuguesa através da chamada Guerra da Restauração e seus desdobramentos.

2 DESENVOLVIMENTO

Aspectos geopolíticos platinos no século XVIII

Conforme um dos seus pressupostos “A Geopolítica é caracterizada por uma visão antecipada de soluções políticas inspiradas na Geografia”. E assim o Brasil, de 1580 a 1777 foi “o eixo dominante” da geopolítica de Portugal e onde o reino ibérico “aplicou, concentrado e prioritariamente todo o seu poder” (BENTO, 2002, p. 9-10).

A procura por limites naturais no sul balizou essa política.

¹ Inglaterra, Portugal e Prússia contra a coligação da França, Espanha, Áustria e Rússia.

Conforme o geopolítico Carlos de Meira Mattos, entre as missões colonizadoras de Martim Afonso de Souza a partir de 1531, diversas já diziam respeito ao sul da colônia. A saber, “estabelecer uma feitoria no litoral sul, explorar e colocar marcos da coroa portuguesa no Rio da Prata e encontrar um caminho terrestre que permitisse chegar às minas de prata e ouro do Peru” (BENTO, 2002, p. 8). Essas foram, conforme o mesmo autor, as determinações do primeiro geopolítico português, o rei Dom João III. Conforme o historiador Guilhermino César, Martim Afonso de Souza recebeu uma carta de Dom João III na qual o monarca

[...] denuncia o desejo de fixar como linde meridional da posse portuguesa o Rio de Santa Maria ou da Prata, mas ignorando ainda os padrões² que Pero Lopes erguera no Esteiro dos Carandins (CÉSAR, 1970, p. 46).

Entretanto, os espanhóis tiveram os mesmos desideratos. E fundaram Buenos Aires em 1580 (2ª fundação), às margens direitas do Rio da Prata, amparados que estavam pelo Tratado de Tordesilhas de 1494³.

Conforme BENTO (2002, p. 11)

[...] no período da União das Coroas de Portugal e Espanha, de 1580-1640, o rei comum⁴ permitiu que cada um de seus reinos conquistasse, em seu nome, os territórios que desejasse. [...] Este fato assinalou o início da penetração, reconhecimento e exploração portuguesa do atual Rio Grande do Sul [...].

Assim os interesses, inevitavelmente, iriam se chocar no sul, em torno do Rio da Prata. A Colônia do Sacramento foi o fato gerador das contendas.

As causas da fundação da Colônia do Sacramento

Em 1680, já terminado o período da União Ibérica, os portugueses fundaram, sob o comando de Dom Manuel Lobo, na margem esquerda do Prata, mas bem em frente a Buenos Aires, a Comandância Militar chamada de Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, mercê do estabelecimento, pelo Papa, da jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro até o mesmo rio⁵. A colônia fortificada tinha, extramuros castrenses, um núcleo populacional/colonial denominado de “Nova Lusitânia” (CÉSAR, 1970, p. 78).

A ordem de fundação tinha partido do rei de Portugal através de Carta Régia de 12 de novembro de 1678 na qual o monarca dizia “meus vassallos possam residir nela e nas mais que se fizerem nas terras ermas dos meus domínios” (RODRIGUES, SEITENFUS, 1995, p. 84).

Conforme o General Flamarion Barreto Lima, as causas que levaram os portugueses à fundação da Colônia foram as seguintes (LIMA, 1986, p. 76):

- o melhor conhecimento da geografia e da etnografia do Continente, completado com a Bandeira de Raposo Tavares (1646-1651), permitindo-lhes chegar à “consciência da existência de uma unidade geográfico-etnográfica”;
- proporcionar organização política e identificação dos limites naturais que poderiam conformar essa unidade ao longo do sistema Guaporé-Paraguai-Paraná-Prata⁶.
- as concessões feitas pela Espanha, no Tratado de Paz de 1668⁷, reconhecendo como válidas as conquistas portuguesas, realizadas no período de 1580 a 1640, bem a possibilidade de dar-lhes sanção jurídica através do instituto do “uti possidetis” de fato.
- a necessidade de dominação do estuário platino, ou pelo menos obter o condomínio dele pela colonização intensiva de sua área, a fim de criar condições para dominar a linha fluvial interior e transformá-la em limite do futuro espaço colonial no Brasil.

² Marcos de pedra erigidos como balizas territoriais nas terras descobertas..

³ Águas acima, no Rio Paraguai, a fundação de Assunção tivera lugar em 1537 (GIORGIS, 2007, p. 13).

⁴ Filipe II.

⁵ Bula *Romani Pontificis*, de 16 de novembro de 1676: “*usque ad flumen de Plata per oram marítima et terras intus pro suo Diocesi...*” (RODRIGUES et SEITENFUS, 1995, p. 83)

⁶ Já se pensava, naquela época, em unir as bacias do Amazonas e do Prata.

⁷ Tratado de Paz e Amizade entre Portugal e Espanha assinado em Lisboa a 23 de fevereiro e que deu início à utilização do princípio do uti-possidetis nas disputas territoriais entre as nações ibéricas (GIORGIS, 2007, p. 24).

- o atrativo que oferecia o comércio legal e extralegal no estuário do Prata, conhecido e explorado durante o período de 1580 a 1640, o que poderia ser, novamente, aproveitado, mediante o porto da Colônia do Sacramento e outros que se instalariam na área após a mesma ser dominada.
- as possibilidades que se abririam ao comércio português caso fosse obtida a liberdade de navegação nos rios Paraná e Paraguai.

Oito anos após a fundação de Sacramento, foi fundada Laguna, na atual SC, a meio caminho da Capitania de São Vicente, com o principal objetivo de apoiar a colônia ribeirinha do Rio da Prata. Em 1703, foi estabelecida a ligação terrestre Colônia-Laguna (BENTO, 2008, p. 60).

As lutas em torno da Colônia

No mesmo ano em que foi fundada, a Colônia do Sacramento, antes intimada, foi atacada, tomada e arrasada pelos espanhóis de Buenos Aires, a mando do seu governador Dom José de Garro, o qual encarregou o Mestre-de-Campo Don Antonio Vera y Mujica da operação, iniciada a 7 de agosto de 1680 após severo cerco. Não resistiu ao assédio a cidadela, permanecendo vivos somente dez combatentes, inclusive o seu comandante, gravemente enfermo, sendo Dom Manuel Lobo preso e levado para Buenos Aires onde veio a falecer (CIDADE, 1948, p. 30).

Exigindo satisfações da Espanha, Portugal obteve o Tratado de Lisboa⁸ de 1681, o qual determinou a devolução da Colônia. Ordens cumpridas, Sacramento foi reconstruída em 1683, sendo sua comandância militar permanecido diretamente subordinada ao Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro Dom Duarte Teixeira Chaves.

O Tratado de Methwen de 1703 entre Portugal e Inglaterra contrariou os interesses espanhóis, o que motivou a determinação de Filipe V ao Governador de Buenos Aires para que tomasse a Colônia do Sacramento, objetivo alcançado a 1º de fevereiro de 1704 pelo próprio governador, o Mestre-de-Campo Don Alonso Valdez Inclán. O governador de Sacramento, Brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral, cumprindo ordens do rei português Dom Pedro II, evacua a praça, embarca com sua tropa em um navio da Divisão naval portuguesa que tinha ido ao Prata em seu socorro e afasta-se da área, não sem antes ter mandado incendiar “todas as casas e alojamentos”. O cerco durara cinco meses (CÉSAR, 1970, p. 84).

Por onze anos, Sacramento ficou nas mãos dos espanhóis. Em 1715, por força do Tratado de Utrecht, ao fim da Guerra da Sucessão Espanhola, a Colônia foi restituída aos seus fundadores, porém com área limitada “a Colônia e o terreno a tiro de canhão da praça” (CÉSAR, 1970, p. 85). O Mestre-de-Campo Manuel Gomes Barbosa operou esforço enorme para erguer baluartes e construir casa para os moradores. Nesta altura, surgiu a proposta de trazer famílias portuguesas de Trás-os-Montes para a Colônia. Chegaram a Sacramento, em 1718, trezentas pessoas com esse fito (CÉSAR, 1970, p. 86).

Foi um período profícuo. As atividades principais eram o gado e a lavoura.

Mas em 1735, em face de “graves incidentes que, por motivos fúteis” (LIMA, 1986, p. 77) colocaram Portugal e Espanha no limiar de uma nova guerra, o rei de Espanha determinou ao Governador de Buenos Aires, Dom Miguel de Salcedo, que sitiasse e atacasse Sacramento. O ataque foi frustrado pelo Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcellos, mas o cerco durou 22 meses.

Ao fim, com os reforços enviados do Rio de Janeiro sob o comando de Luís de Abreu Prego a situação ficou equilibrada até que, enviada pelo Governador General Antônio Gomes Freire de Andrada, chegou ao Prata a expedição do Brigadeiro José da Silva Pais a qual tinha, como uma das missões, libertar a Colônia do Sacramento do cerco espanhol, o que Pais conseguiu. Tinha, como seu imediato, o Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho (CÉSAR, 1970, p. 106). Sacramento permanecia, portanto, nas mãos dos portugueses.

A Comandância Militar e a fundação do Rio Grande

Uma das missões de José da Silva Pais no Prata era a de reconquistar Montevidéu, mas reunidos em Junta a 5 de janeiro de 1737 os portugueses decidiram não atacar a cidadela por “várias razões e inconvenientes” (CÉSAR, 1970, 106).

⁸ Tratado Provisório de 7 de maio de 1681, mais conhecido como Tratado de Lisboa.

A outra grande nobre missão do Brigadeiro Pais era a de fundar um presídio e demais instalações no litoral, o que foi feito na Barra do Rio Grande, com desembarque a 19 de fevereiro de 1737, onde já o esperava o Coronel de Milícias Cristóvão Pereira de Abreu. Este, saudou o Brigadeiro e seus 260 homens com salvas de fuzis e de três canhões (BENTO, 2008, p. 62).

O Presídio levou o nome de Jesus Maria José e a fortaleza foi chamada de Fortaleza do Estreito. Junto à fortaleza foi erguida uma igreja, a Ermida de Jesus-Maria-José do Porto (CÉSAR, 1970, p. 110). Estava fundado o Rio Grande de São Pedro, futuro Rio Grande do Sul.

Mais ao sul, Pais fundou o Forte de São Miguel. Estava assim montado o dispositivo do sistema defensivo. Mas no retorno, em novembro de 1737, Silva Pais tomou conhecimento do Armistício de 16 de março entre Portugal e Espanha, assinado em Paris, que determinava a cessação das hostilidades e a permanência da situação “no mesmo estado em que se acharem” (CÉSAR, 1970, p. 113).

Com essa paz, o Rio Grande pode prosperar durante, pelo menos, 26 anos. Já em 1746, através de carta Régia, o rei luso autorizou a emigração das famílias açorianas para o Rio Grande.

O Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica

Conforme o porto-alegrense General Francisco de Paula Cidade:

[...] Sob a influência da corrente moderada e das razões de família, o rei da Espanha concorda em abrir mão das imensas vantagens que lhe trouxera o Tratado de Tordesilhas e em aceitar uma nova divisão das terras sul-americanas entre as duas coroas. Portugal desistia do condomínio das águas do rio da Prata e de disputar a posse de extensos territórios ao norte desse grande curso d'água, mas chegava pacificamente ao rio Uruguai, limite natural aceitável a oeste, nessa parte de suas possessões e via sancionada a posse de imensos territórios na bacia amazônica, onde a arremetida de nossa gente, a partir de 1616, data da fundação de Belém do Pará, não cessava na direção do oeste, dominando extensos territórios, que fora de qualquer dúvida o Tratado de Tordesilhas atribuía à Espanha [...] (CIDADE, 1948, p. 38-39).

E assim os dois reis assinaram o Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750, o qual não tem, diretamente, ligação com o nosso tema, mas serve ao contexto. Foi uma vitória diplomática de Portugal, através da atuação preponderante do Secretário Real, o brasileiro de Santos Alexandre de Gusmão, membro do Conselho Ultramarino (GIORGIS, 2007, p. 31).

O reino lusitano ganhou ao norte (Amazônia) mas perdeu ao sul, renunciando à Colônia do Sacramento em troca das Missões.

Com isso, os ameríndios missioneiros tiveram que ser forçados a sair das onze estâncias da área. Revoltaram-se contra isso, posto que teriam que abandonar anos de trabalho de cultivo, ervais, gado e talvez uma cultura florescente, ligada à área, para serem transferidos para outras bandas. Liderados pelos jesuítas, apresentaram reação armada ao Exército Demarcador luso-espanhol (BENTO, 2008, p. 63). Ao fim da Guerra Guaranítica, em 1756, os indígenas haviam perdido mais de 1.500 vidas. Os remanescentes permaneceram nas Missões e a Colônia do Sacramento não foi entregue aos espanhóis.

A demarcação foi concluída em 1759, mas foi patente a má vontade e a desconfiança de ambos os lados em relação aos cumprimentos das estipulações do Tratado (CIDADE, 1948, p. 64).

Com a morte do rei espanhol Fernando VI⁹ em 10 de agosto de 1759, os soberanos ibéricos Carlos III (Espanha) e Dom José I (Portugal) revogaram o Tratado de Madri através do Tratado de El Pardo de 1761 (CÉSAR, 1970, p. 161). Em 1801, o Tratado de Madri seria revalidado e confirmado.

A ofensiva Espanhola contra o Sul e a primeira Campanha contra o Rio Grande de São Pedro

Ao final de 1762, cumprindo ordens superiores, o Coronel Thomaz Luiz Osorio havia dado início e tinha por concluída a construção da Fortaleza de Santa Teresa na Angostura de Castilhos Grande, região situada a 166 Km em linha reta ao sul de Rio Grande, para o caso de ataque espanhol.

⁹ Conforme CÉSAR (1970, p. 161), a esposa de Fernando VI, a portuguesa Dona Maria Bárbara de Bragança, já falecida, havia sido uma grande defensora do Tratado.

Em 1761, a Espanha assina com a França o chamado “Pacto de Família”, no contexto da Guerra dos Sete Anos¹⁰, prejudicando a Inglaterra no acesso aos portos de Portugal, sua aliada. Mas Portugal não adere ao Pacto. Em consequência, a Espanha invade Portugal em 1762, ocupando várias localidades fronteiriças. Conforme Paula Cidade:

[...] O exército lusitano, apesar da decadência em que se achava consegue, graças ao fato de ter o Conde de Lippe à sua frente, deter os invasores, auxiliado pela inclemência da estação. Guerra de curta duração, tendo começado em janeiro, em dezembro já estava praticamente terminada [...] (CIDADE, 1948, p. 66).

Nesta época, já estava em Buenos Aires, há seis anos, o comandante espanhol Dom Pedro de Cevallos. Aproveitando-se da situação na Península Ibérica, Cevallos sitiou Sacramento por 28 dias a partir de fins de agosto, atacando-a depois, sendo que a cidadela portuguesa, comandada pelo Brigadeiro Vicente da Silva Fonseca, capitulou em 25 de outubro “de modo inexplicável” (CÉSAR, 1970, p. 167).

Em face disto, o desgosto foi tão grande para Freire de Andrada que ele faleceu em 1º de janeiro de 1763 no Rio de Janeiro.

Cevallos precisava aproveitar o sucesso inicial. Na continuidade, prosseguiu para o norte, atacando a Fortaleza de Santa Teresa em março de 1763 a qual, comandada pelo Coronel Thomaz Luiz Osorio¹¹, e após a deserção de 80% do efetivo, rendeu-se com os 150 homens restantes (BENTO, 2008, p. 65). Em seguida, Cevallos tomou o Forte de São Miguel.

Prosseguindo na direção geral norte, Pedro de Cevallos aproximou-se de Rio Grande, já desocupada pelos habitantes e pela guarnição. A 24 de abril ela foi ocupada pelos espanhóis. A sede do governo da Capitania, até então em Rio Grande, foi transferida para Viamão em face da aproximação dos espanhóis (CIDADE, 1948, p. 75).

Mas em 10 de fevereiro de 1763, portanto dois meses antes das operações militares de Cevallos, a paz havia sido celebrada na Europa através do Tratado de Paris. Com isso, Cevallos recebeu ordem, a 8 de maio, para devolver a Colônia do Sacramento aos portugueses, ordem que cumpriu em dezembro, mas não devolveu a Vila de Rio Grande. Isto daria origem a um ganho de tempo aos portugueses para organizar a reação. Conforme Guilhermino César o protocolo entre as duas partes “foi útil aos nossos, por conduzir a um compasso de espera” (CÉSAR, 1970, p. 174).

Ao fim desta fase, os espanhóis estão no controle “de todo o sueste e oeste rio-grandense, que inclui a abertura marítima da barra do Rio Grande...” (CIDADE, 1948, p. 83).

Em 1766, Cevallos foi substituído no posto de Governador de Buenos Aires por Don Francisco de Paula Bucarelli y Úrsua, o qual deu lugar, anos depois, ao Marechal-de-Campo Juan José Vertiz y Salcedo.

A partir desta época, a luta contra o invasor foi na forma de guerrilhas. Ainda em 1763, a Junta Governativa do Rio de Janeiro determinava:

A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas atuando dispersas, localizadas em matos e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas, gados e suprimentos, e ainda trazer-lhes em contínua e persistente inquietação (BENTO, 2008, p. 66).

A segunda Campanha contra o Rio Grande de São Pedro

Em 1764 assumiu o governo do Rio Grande o Coronel José Custódio de Sá e Faria, o qual deu um novo impulso à luta contra os espanhóis. Concluiu a construção dos fortes de São Caetano e de Tebiquari e impulsionou as guerrilhas nas direções Missões-Rio Pardo, Bagé-Rio Pardo, e Rio Grande-Rio Pardo. Em 1767, já contando com o Tenente-Coronel José Marcelino de Figueiredo¹² foi realizado, na noite de 28/29 de maio, um assalto frustrado à Vila de Rio Grande, em face da cerração. Três dias

¹⁰ Guerra de 1756 a 1763 entre as coligações de Inglaterra, França e Prússia contra a França, Espanha, Áustria e Rússia por causas comerciais e de navegação.

¹¹ Thomaz Luiz Osório foi julgado e condenado à morte pela força após a “Devassa” realizada em 1764.

¹² Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda que, em duelo, matou um oficial escocês em Portugal, e veio para o Brasil com nome trocado, por ordem do rei lusitano.

depois, foi atacada a base espanhola de São José do Norte, a qual foi conquistada sem nenhum tiro, pois os defensores, adrede, a abandonaram (CIDADE, 1948, p. 88).

Passaram-se mais seis anos quando, em novembro de 1773, Vertiz y Salcedo, à frente de 5.000 homens, avança de Montevideú para a fronteira de Bagé, chegando à região de Santa Tecla, ponto dominante onde fez construir uma fortaleza que levou esse nome. Seu plano era conquistar sucessivamente Rio Pardo, Taquari, Porto Alegre, Viamão, São José do Norte e no prosseguimento eliminar as bases de guerrilhas portuguesas nas serás dos Tapes e Herval. E assim, conquistar todo o território e expulsar os portugueses (BENTO, 2008, p. 67).

Chegando desgastado a Rio Pardo em consequência de insucessos impostos pelos guerrilheiros luso-brasileiros Rafael Pinto Bandeira, Cipriano Cardoso e José Carneiro da Fontoura em Camaquã e Tabatingaí, Salcedo intimou Marcelino a abandonar as “terras de Espanha”. O português respondeu energicamente repelindo a ameaça (CÉSAR, 1970, p. 185). Após estratégias de Marcelino que iludiram o espanhol quanto aos efetivos militares em Rio Pardo, e instado pelas deficiências logísticas, Salcedo decidiu retirar-se para Rio Grande encerrando assim sua missão (CIDADE, 1948, p. 90).

A Guerra da Restauração e a reconquista da Vila de Rio Grande

A partir de janeiro de 1774, o Marquês de Pombal determina o reforço das forças portuguesas no Rio Grande, prevendo mais enfrentamentos com os espanhóis. No mesmo ano, foi nomeado para organizar e comandar o Exército do Sul o alemão Tenente-General João Henrique Böhn, o qual imprimiu nova feição às forças militares portuguesas seguindo as orientações do também alemão Conde de Lippe.

Em fevereiro de 1776 houve um combate naval cujo desfecho foi favorável aos hispânicos. Em março, os sargentos-mores Raphael Pinto Bandeira e Patrício Corrêa da Câmara obtiveram a rendição da guarnição da Fortaleza de Santa Tecla a qual, após a saída dos espanhóis em 26, foi arrasada pelos luso-brasileiros (BENTO, GIORGIS, 2002, p. 79-80).

Em março, foi organizado o assalto português à Vila de Rio Grande. Em 1º de abril, pela madrugada, foi iniciada a travessia do canal. O ataque foi em duas fases, com plena surpresa, e ambas com todo o sucesso. Na madrugada de 2 de abril, os espanhóis, vencidos, recuaram para Santa Teresa. A 7 de abril, foi cantado um Te Deum Laudamus¹³ (BENTO, 2008, p. 73).

Por parte de Espanha, em reação à retomada de Rio Grande, ainda em 1776 foi criado o Vice-reinado do Rio da Prata, sendo nomeado Vice-rei Dom Pedro de Cevallos, já conhecido na área.

A tomada da Ilha do Desterro e a destruição da Colônia do Sacramento

Cevallos saiu de Cádiz no final de 1776 com 9.000 homens para conquistar a Ilha de Santa Catarina (Desterro), e assim isolar o Exército do Sul. Deveria reconquistar ainda a Vila de Rio Grande e a Colônia do Sacramento (BENTO, 2008, p. 74). O primeiro e o terceiro objetivos foram alcançados, a 22 de fevereiro e a 06 de julho de 1777, respectivamente, mas fracassou Cevallos na conquista da Vila de Rio Grande, a qual nem atacou, mercê das condições climáticas.

Em Santa Catarina, Cevallos contou com a colaboração vergonhosa de José Custódio de Sá e Faria na hora da capitulação. Como recompensa, Custódio foi para Buenos Aires e passou-se para o serviço da Espanha.

No prosseguimento, contando com o concurso de Vertiz Y Salcedo, Cevallos pretendia realizar um movimento de pinça sobre o Rio Grande com forças espanholas vindas de Santa Catarina e das sediadas em Santa Teresa.

Em face disto, o Tenente-General Böhn determinou o reagrupamento das forças portuguesas e marchou na direção sul, ao encontro com o inimigo (CIDADE, 1948, p. 93).

Com a morte de Dom José I a 24 de fevereiro de 1777 ascendeu ao trono Dona Maria I, a qual demitiu o Marquês de Pombal, grande articulador da resistência portuguesa na América Meridional. Aproximava-se a paz.

¹³ Te Deum é um hino litúrgico católico atribuído a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, iniciado com as palavras "Te Deum Laudamus" (A Vós, ó Deus, louvamos).

Assim, o choque entre os dois exércitos não ocorreu porque foi estabelecido um armistício entre os reinos ibéricos, preparatório a um tratado de paz.

O Tratado de Santo Ildefonso e o fim das lutas

Com efeito, a 1º de outubro de 1777 foi celebrado o Tratado de Santo Ildefonso, que pôs fim à guerra (CÉSAR, 1970, p. 197), o que frustrou as intenções de Cevallos. Tendo passado o Vice-Reinado para Vertiz y Salcedo, Cevallos retirou-se para a Espanha.

O Tratado determinou a dominação total da Espanha sobre o Prata, inclusive com a perda, por parte de Portugal, da navegação no estuário do grande rio. Além disso, Portugal perdeu as Missões e, definitivamente, a Colônia do Sacramento. Recebeu de volta a Ilha do Desterro. Santo Ildefonso confirmou o Tratado de Madri na maioria dos aspectos (GIORGIS, 2007, p. 34).

Mas outro confronto estava a caminho, embora em outro contexto.

A Guerra de 1801 e a conquista das Missões

No antigo sistema de alianças, a Espanha, aliada da França e inimiga da Inglaterra, esta aliada de Portugal, após a declaração de guerra de Aranjuez, invade o território luso e toma a localidade de Olivença, nunca mais devolvida.

Na América, os comandantes Patrício Corrêa da Câmara, José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso Filho, José Castro Morais e outros, orientados pelo Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, moribundo em seu leito de morte¹⁴, invadem as Missões, expulsam os espanhóis e ocupam a área.

Antes da reação espanhola, chega a notícia da Paz de Badajoz¹⁵, mas o tratado não estipula o “status quo ante bellum” e o que foi conquistado permanece nas mãos dos luso-brasileiros (GIORGIS, 2007, p. 36).

Em Badajoz, o tratado foi a confirmação do Tratado de Madri, sendo que os espanhóis não devolveram Olivença e os portugueses não devolveram as Missões.

Esta guerra foi apelidada, na Ibéria, de “Guerra das Laranjas”.

3 CONCLUSÕES

Portugal, desde os primeiros anos da colonização do Brasil, demonstrava grandes interesses na região sul, principalmente em virtude da geopolítica do Prata. Para os portugueses, o Rio da Prata significava o acesso ao interior do território e o limite natural da colônia ao sul, mesmo fora de Tordesilhas, além do controle e ganhos sobre a circulação de mercadorias.

A procura por limites naturais no sul balizou essa política, mas os outros fatores foram, sobretudo, econômicos, posto que circulava no Prata o produto das minas de Potosí, descobertas em 1545 e com início da exploração por volta de 1560 através da “mita”. Outros minérios também circulavam no Prata e, em face disto, outros produtos, como gado em pé, carne, charque, couros, armas, munições, etc. O contrabando era comum.

Os fatos geradores das contendas entre espanhóis e portugueses na região do Prata foram, infere-se, o Tratado de Tordesilhas e a fundação da Colônia do Sacramento. Esta, em função do temor espanhol de que Portugal fincasse pé definitivamente na margem esquerda do grande rio. As causas da fundação da Colônia do Sacramento foram eminentemente geopolíticas, embora houvesse um forte pressuposto econômico.

Como os portugueses fundaram Sacramento como uma comandância militar e não como uma simples colônia, estava lançada a discórdia. A geopolítica começou a se transformar em confronto bélico. O primeiro ataque à Colônia já demonstrava a intolerância de Espanha.

Outro fator de desentendimentos foram as guerras peninsulares, sempre por causa da aliança entre Portugal e Inglaterra contra os interesses da França e Espanha, situação que se prolongou até o início do século XIX com Napoleão Bonaparte.

¹⁴ Faleceu a 5 de novembro de 1801 em Rio Grande.

¹⁵ Tratado de Badajoz de 6 de junho de 1801.

Ainda na metade do século XVIII os dois reinos procuraram dirimir suas pendências através do Tratado de Madri, mas a Guerra Guaranítica praticamente o inviabilizou e só serviu para o esgotamento dos recursos militares dos dois reinos.

As atitudes agressivas de Cevallos e Vertiz y Salcedo demonstraram claramente as verdadeiras intenções da corte espanhola em relação ao Prata. Na concepção dos hispânicos, o Rio Grande de São Pedro era sim território espanhol eurgia “conquistá-lo” para obter uma posição favorável nas negociações. As conquistas espanholas sobre o Rio Grande deveram-se, basicamente, às deficiências logísticas, suprimentos e efetivos lusos, além da falta de articulação entre as bases militares.

Mais tarde, a conquista de Santa Catarina era o objetivo hispânico a alcançar para garantir os limites do Tratado de Tordesilhas. Os portugueses frustraram este objetivo.

Ao fim da luta de treze anos, com ocupações de territórios, batalhas e enfrentamentos, os lusos conseguiram manter o Rio Grande. Porém, o Tratado de Santo Ildefonso foi vitória de Espanha, posto que Sacramento passava definitivamente à sua posse. Por outro lado, sob uma perspectiva otimista, Sacramento representou para Portugal e para o Brasil a ocupação dos territórios ao sul de Santa Catarina, a posse das Missões em 1801 e a mudança da capital do Vice-Reino de Salvador para o Rio de Janeiro.

Durante todo o período de 121 anos entre a fundação da Colônia e o Tratado de Badajoz, Espanha e Portugal conduziram suas políticas externas de maneira dúbia, disfarçada, aparente apenas, e recheada de desconversas. Entretanto, como diz Francisco de Paula Cidade, referindo-se às injunções geopolíticas luso-espanholas até o início do século XIX, “vencia [...] a corrente moderada [...] consagrando-se, mais uma vez, o princípio do ‘uti possidetis’” (CIDADE, 1948, p. 99-100).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cláudio Moreira, Coronel. **A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul (1774-1776)**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1996.

(_____) Cláudio Moreira, Coronel. **Inspirações geopolíticas das ações de Portugal e do Brasil no Prata e suas projeções no Rio Grande do Sul (1680-1900)**. Resende: AHIMTB, 2002.

(_____) Cláudio Moreira. **A Guerra da Restauração do Rio Grande 1774-1776** in AXT, Gunter (Org.). **As Guerras dos Gaúchos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

(_____) Cláudio Moreira (org.), GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Brigada Patrício Corrêa da Câmara**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CIDADE, Francisco de Paula, General. **Lutas ao sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Brasil – Linha do Tempo**. Porto Alegre: Grafiset, 2007.

LIMA, Flamarion Barreto, General. **Formação da Nacionalidade Brasileira**. Rio de Janeiro: ECEME, 6ª ed., 1986.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, Coronel. **Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777)**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1935.

RODRIGUES, José Honório, SEITENFUS, Ricardo A. S. **Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

EDITOR:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel
 Presidente da AHIMTB/RS e Vice do IHTRGS
 lecaminha@gmail.com